



**Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação**

1. INTRODUÇÃO

A AP-UpM é a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (UpM). Oferece uma oportunidade para a cooperação multilateral entre representantes eleitos da União Europeia e os seus países parceiros do Sul do Mediterrâneo. Pelo menos uma vez por ano, os 280 membros igualmente distribuídos realizam uma Sessão Plenária. Entre os observadores permanentes da Assembleia estão a União Interparlamentar Árabe, a Líbia, o Comité das Regiões Europeu e o Comité Económico e Social Europeu. A AP-UpM é um dos poucos órgãos parlamentares onde israelitas, palestinianos e outros representantes árabes eleitos se sentam à mesma mesa e discutem. Durante a Presidência Portuguesa (2014-2015), a AP-UpM garantiu o estatuto de Observador da União Interparlamentar (UIP) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

A AP-UpM contribui para: melhorar a visibilidade e a transparência da parceria Euro-Mediterrânica; aproximar o trabalho da UpM dos interesses e expectativas do público; aumentar a legitimidade democrática da cooperação na região do Mediterrâneo; promover o diálogo entre Israel, Palestina e outras autoridades eleitas árabes.

2. HISTÓRIA

a) A União para o Mediterrâneo (UpM)

A **Parceria Euro-Mediterrânica (PEM)** foi oficialmente criada pela União Europeia, em Barcelona, em novembro de 1995, naquilo a que se viria chamar o **Processo de Barcelona**. Tratou-se de uma reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 15 Estados-membros da União Europeia e dos 12 parceiros mediterrânicos – Marrocos, Argélia, Tunísia (Magreb), Egipto, Israel, Jordânia, Autoridade Palestina, Líbano, Síria, Turquia, Chipre e Malta. Esta Parceria Euro-Mediterrânica visava fortalecer as relações bilaterais e multilaterais entre os diversos Estados envolvidos e melhorar a cooperação regional entre os Estados-membros da União Europeia e os da zona do Mediterrâneo, estabelecer um quadro de cooperação multilateral e contribuir para a paz e a segurança na região.

Os objectivos-chave do Processo de Barcelona, através da Parceria Euro-Mediterrânica, consistiam numa plataforma de entendimento para: uma área comum de paz e de estabilidade baseada nos princípios fundamentais, em especial no respeito pelos direitos humanos e pela democracia (*partnership* política e de segurança); uma área de prosperidade partilhada com o estabelecimento progressivo de uma zona de comércio-livre entre a União Europeia e os seus parceiros mediterrânicos até 2010, e entre estes, até 2012; e o desenvolvimento dos recursos humanos, da promoção do entendimento entre culturas e a aproximação dos povos da região Euro-Mediterrânica.

A **Declaração de Barcelona** estabeleceu uma parceria política e de segurança, uma parceria económica e financeira e uma parceria social, cultural e humana.



Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

A **UpM** foi criada na Cimeira de Paris em 2008 e absorveu o Processo de Barcelona. Com base no Processo de Barcelona, iniciado em 1995, tinha como objetivo fortalecer ainda mais as relações entre a Europa e os países do sul do Mediterrâneo. A criação da UpM reforçou a cooperação no Mediterrâneo e deu-lhe um novo impulso. Além dos 27 Estados-membros da União Europeia e dos 10 parceiros do Sul do Mediterrâneo, a Albânia, a Bósnia-Herzegovina, a Croácia, o Mónaco, o Montenegro e a Mauritânia aderiram à cooperação.

Na altura, seis projetos concretos foram selecionados como prioridades para a UpM: despoluição do Mar Mediterrâneo; vias marítimas e terrestres; energia solar; programas regionais de investigação; programa de proteção civil conjunta para as catástrofes; e desenvolvimento de negócios para pequenas e médias empresas.

Uma inovação da UpM é a sua arquitetura institucional permanente: dois anos de copresidência entre Norte e Sul do Mediterrâneo. Neste momento, são copresidentes a União Europeia e a Jordânia.

O secretariado da UpM tem sede em Barcelona e tem como missão identificar e promover projetos, angariar fundos, coordenar parceiros, aumentar a visibilidade da UpM e estabelecer vínculos institucionais. Nasser Kamel é o atual Secretário-Geral.

Para mais informações <https://ufmsecretariat.org/>.

b) Do Fórum Parlamentar Euro-Mediterrânico para a Assembleia Parlamentar da UpM

O **Fórum Parlamentar Euro-Mediterrânico** foi a forma inicial de cooperação interparlamentar e foi convocado pela primeira vez em 1998. Delegados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais dos membros da UE e parceiros do Sul do Mediterrâneo participaram neste fórum.

A conversão do Fórum numa autêntica **Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM)** foi proposta numa resolução do Parlamento Europeu e aprovada na 5.ª Conferência Euro-Mediterrânica de Ministros dos Negócios Estrangeiros em Valência, em abril de 2002. A sessão inaugural da APEM foi realizada em Atenas, Grécia, em março de 2004.

Na 6.ª Sessão Plenária, realizada em Amã em março de 2010, o nome da APEM foi alterado para **Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM)**, sublinhando assim o seu papel único como o órgão parlamentar da UpM, com foco no controle democrático e no seu papel consultivo.

3. COMPOSIÇÃO

Inicialmente, a APEM era constituída por 260 membros: 130 europeus (81 Deputados aos parlamentos nacionais da UE e 49 Deputados ao Parlamento Europeu) e 130 membros dos países mediterrânicos parceiros da União Europeia (Argélia, Egito, Jordânia, Israel, Líbano, Marrocos, Autoridade Palestina, Síria, Tunísia e Turquia).

Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Na reunião plenária de Março de 2009, em Bruxelas, foi decidido aumentar o número total de membros de 260 para 280, atribuindo 10 lugares à Mauritânia e 2 lugares a cada um dos outros novos Estados-membros (Albânia, Croácia, Montenegro, Mónaco e Bósnia-Herzegovina), deixando assim inalterado o equilíbrio Norte-Sul.

A AP-UpM reúne em Sessão Plenária pelo menos uma vez por ano e é constituída por 280 membros, igualmente distribuídos entre as margens Norte e Sul do Mediterrâneo:

Parceiros do Norte	UE	Parlamentos nacionais da UE (28)	83	140
		Parlamento Europeu	49	
	Fora da UE	Albânia Bósnia-Herzegovina Mónaco Montenegro	8	
Parceiros do Sul	Parceiros Fundadores	Argélia Egipto Jordânia Israel Líbano Marrocos Palestina Síria Tunísia Turquia	130	140
	Novo Parceiro	Mauritânia	10	

4. ESTRUTURA

a) Bureau, Bureau Alargado e Presidência

O **Bureau** é o órgão que coordena e representa a Assembleia. É composto por quatro membros nomeados para um mandato de quatro anos: dois indicados pelos países parceiros do Sul do Mediterrâneo, um indicado pelos Parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu (membro permanente do Bureau).

A Assembleia reúne também em **Bureau Alargado**, composto pelos membros do Bureau e pelos Presidentes das Comissões e dos Grupos de Trabalho.

A fim de garantir a paridade e alternância entre o sul e o norte, a **Presidência** anual é realizada em rotação por cada um dos quatro membros do Bureau. A presidência do Bureau foi realizada no mandato 2012-2015 pelo PE (2012-2013), Jordânia (2013-2014), Portugal (2014-2015) e



Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Marrocos (2015-2016) e no mandato atual pela Itália (2016-2017), Egito (2017- 2018), PE (2018-2019) e, neste momento, Turquia (2019-2020).

Atualmente (2016-2019) são membros do Bureau: David Maria Sassoli (Presidente do Parlamento Europeu); Dr. Ali Abdel-Aal Sayed Ahmed (Presidente da Câmara dos Representantes do Egito); Maria Elisabetta Alberti Casellati (Presidente do Senado da República da Itália) e Roberto Fico (Presidente da Câmara dos Deputados da Itália); e Mustafa Şentop (Presidente da Grande Assembleia Nacional da Turquia) atual presidente da AP-UpM.

O novo mandato 2020-2023 irá iniciar-se na próxima Sessão Plenária.

b) Comissões

A AP-UpM possui cinco comissões permanentes que indicam as áreas de foco da Assembleia Parlamentar. Estas comissões são responsáveis pelo acompanhamento das respetivas áreas temáticas da parceria Euro-Mediterrânica e reúnem-se pelo menos uma vez por ano.

Cada comissão é composta por 56 membros, dos quais 28 são dos países parceiros do Mediterrâneo, 19 são dos parlamentos nacionais da UE e 9 são membros do Parlamento Europeu. Cada comissão elege um Presidente e três Vice-Presidentes que cumprem um mandato de dois anos.

Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos

Acompanha a atual situação de segurança e direitos humanos na região do Mediterrâneo, a ameaça de extremismo e de terrorismo na região e no passado aprovou recomendações para melhorar a cooperação política entre os países membros e acompanhou a situação na Síria.

Presidente: Costas Mavrides (PE-S&D - Chipre).

Vice-Presidentes: J.P;Grand (França), Haoued Mouissa (Argélia) e Sanduqa (Palestina).

Comissão Económica, Financeira, dos Assuntos Sociais e da Educação

Acompanha a atual situação socioeconómica na região do Mediterrâneo, bem como o desenvolvimento sustentável, a criação de empregos e a inovação como fatores-chave da parceria Euro-Mediterrânica.

Presidente: Margarida Mano (Portugal) (até outubro de 2019).

Vice-Presidentes: Pierfrancesco Majorino (PE-S&D - Itália), Ben Mohamed (Tunísia) e Mehdi Abdelkrim (Marrocos).

Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, dos Intercâmbios entre as Sociedades Cívicas e da Cultura



Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Incentiva o intercâmbio intercultural entre os países Euro-Mediterrânicos e concentra-se na mobilidade de estudantes em toda a região, bem como no intercâmbio artístico na área de cinema, média e produção artística.

Presidente: Mohamed Ihouiyet (Marrocos).

Vice-Presidentes: Salima Yenbou (PE-GREENS/EFA - França), ... (Itália) e Elvan (Turquia).

Comissão da Energia, do Ambiente e da Água

Trabalha em questões como a proteção dos ecossistemas costeiros e marítimos da poluição, portos maciços, projetos turísticos e industriais, criação de parques marinhos no Mediterrâneo, proteção do meio marinho e gestão de resíduos nas regiões costeiras do Mediterrâneo. A comissão também se concentra na implementação do Plano Solar Mediterrâneo, na gestão da água e na situação no vale do Jordão.

Presidente: Mohammed Abu Settah (Jordânia).

Vice-Presidentes: Agnès Evren (PE-EPP - França), Makhloufi (Argélia) e Ascenso Simões (Portugal) (até outubro de 2019).

Comissão dos Direitos das Mulheres nos Países Euro-Mediterrânicos

Destaca a importância das questões das mulheres no desenvolvimento social e económico nos países dos parceiros.

Presidente: Leila Chettaoui (Tunísia).

Vice-Presidentes: Sylvie Brunet (PE-Renew - França), Nacera Sadek (Argélia) e Larsson (Suécia).

c) Sessão Plenária

A AP-UpM reúne em Sessão Plenária uma vez por ano, que discute e aprova as recomendações apresentadas pelas cinco comissões permanentes e onde se efetua a passagem da presidência.

Sessões Plenárias: em 2005 no Cairo, Egito, em 2006 em Bruxelas, Bélgica, em 2007 em Túnis, Tunísia, em 2008 em Atenas, Grécia, em 2008 no Mar Morto, Jordânia, em 2009 em Bruxelas, Bélgica, em 2010 em Amã, Jordânia, em 2011 em Roma, Itália, em 2012 em Rabat, Marrocos, em 2013 em Bruxelas, Bélgica, em 2014 em Amã, Jordânia.

A 11.ª Sessão Plenária realizada em 2015 em Lisboa, Portugal, subordinou-se ao tema «A migração, asilo e direitos humanos na região Euro-Mediterrânica».

A 12.ª Sessão Plenária realizada em 2016 em Tânger, Marrocos, subordinou-se ao tema «Juntos por um futuro comum da zona Euro-Mediterrânica» — Ambição de construir uma melhor ligação intercultural mediterrânica gerando desenvolvimento partilhado do ponto de vista da paz e da



Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

segurança, desenvolvimento sustentável tendo em conta as alterações climáticas e a proteção do ambiente no Mediterrâneo.

A 13.^a Sessão Plenária realizada em 2017 em Roma, Itália, subordinou-se ao tema: «Desenvolvimento Sustentável e Novas Oportunidades de Emprego na Área do Mediterrâneo: Med4jobs e Agenda 2030».

A 14.^a Sessão Plenária realizada em 2018 no Cairo, Egipto, subordinou-se ao tema «Combater o terrorismo na região Euro-Mediterrânica».

A 15.^a Sessão Plenária realizada em 2019, em Estrasburgo, subordinou-se ao tema «Os desafios dos migrantes e dos refugiados no Mediterrâneo» e comprometeu o início de funções do Secretariado Permanente, em Roma. Nesse sentido, foi aprovada uma emenda ao artigo 15 do Regulamento, a definição do mandato do Secretariado, e foi assinado o Acordo da sede, tendo a Itália disponibilizado o apoio nesta fase inicial com a nomeação de dois funcionários como co-secretários-gerais interinos.

d) Cimeira de Presidentes

A 1.^a Cimeira de Presidentes dos parlamentos membros da UpM realizou-se em abril de 2013, em Marselha, e foi da iniciativa do Presidente do Parlamento Europeu, na altura Presidente da AP-UpM, Martin Schulz. Foi o primeiro encontro de alto nível desde a cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UpM, que se realizou em Paris em 2008, e o primeiro encontro político regional depois das revoluções árabes.

A 2.^a Cimeira de Presidentes realizou-se em maio de 2015, em Lisboa, durante a Presidência Portuguesa da AP-UpM, liderada pela Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, e foi dedicada ao tema «A imigração, asilo e direitos humanos na região Euro-Mediterrânica». Nesta Cimeira, foram dirigidas recomendações às instituições da União Europeia e aos Chefes de Estado e de Governo da União para o Mediterrâneo no sentido da criação de mais canais humanitários nos países costeiros, da atribuição de mais vistos humanitários para pessoas que necessitam de proteção internacional, entre outras.

Seguiu-se a 3.^a Cimeira em 2016 em Tânger, Marrocos («Juntos por um futuro comum da zona Euro-Mediterrânica»), a 4.^a Cimeira em 2017 em Roma, Itália («Emprego, Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável na Região Euro-Mediterrânica»), a 5.^a Cimeira em 2018 no Cairo, Egipto («Combater o terrorismo na região Euro-Mediterrânica»).

A 6.^a Cimeira em 2019, em Estrasburgo, subordinou-se ao tema «A migração e o estatuto dos refugiados no Mediterrâneo», tendo sido reiterada a necessidade de gerir melhor o fenómeno migratório, promovendo uma maior cooperação entre os países das margens Norte e Sul do Mediterrâneo, bem como a necessidade de rever as políticas de acolhimento e assistência e garantir a proteção dos direitos das mulheres e das crianças migrantes e refugiadas. Foi ainda destacado o combate ao tráfico de pessoas, o resgate no mar e o apoio aos países de origem e trânsito de migrantes. A situação na Líbia foi evocada, onde a OIM e o ACNUR também estão



**Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação**

envolvidos, e na África, onde a UE deveria empregar maiores esforços económicos. A Cimeira concluiu com a aprovação de uma declaração final.

e) Grupos de Trabalho

Atualmente, a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo possui dois grupos de trabalho:

Grupo de Trabalho sobre a Palestina – tem como objetivo apoiar o surgimento de um Estado palestino independente, democrático, viável e contíguo que viva lado a lado em paz e segurança com Israel e seus outros vizinhos.

Presidente: Costas Mavrides (PE-S&D - Chipre).

Grupo de Trabalho para as Regras e Procedimentos - discute e revê o Regulamento e o financiamento e submete um projeto de orçamento anual ao Bureau para aprovação.

Presidente: ... (PE).

Vice-Presidente: Abderrahim Atmoun (Morocco).

Grupos de trabalho anteriores:

- Grupo de Trabalho sobre o Problema das Minas Terrestres;
- Grupo de Trabalho sobre Paz e Segurança no Médio Oriente;
- Grupo de Trabalho sobre as Condições de Transformação da Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP) no Banco Euro-Mediterrânico de Desenvolvimento;
- Grupo de Trabalho sobre a proteção civil e prevenção de catástrofes naturais e ecológicas na região Euro-Mediterrânica (2006);
- Grupo de Trabalho sobre as formas de participação da Assembleia nos órgãos da Fundação Euro-Mediterrânica Anna Lindh para o diálogo entre culturas (2006);
- Grupo de Trabalho para o Estabelecimento de uma Universidade Euro-Mediterrânea (EMUNI) (2011-2013).

f) Tomada de decisão

A AP-UpM atua através de resoluções ou recomendações sobre todos os aspetos da cooperação Euro-Mediterrânica. Estes podem dizer respeito aos órgãos executivos da UpM, ao Conselho da UE, à Comissão Europeia e aos Governos nacionais dos países parceiros. Essas recomendações e resoluções não são juridicamente vinculativas.

As recomendações e as resoluções requerem aprovação por consenso quando estão presentes mais da metade das delegações de cada um dos dois componentes — europeus e não europeus



**Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação**

— da Assembleia. Quando não é possível o consenso, as decisões podem ser tomadas por uma maioria qualificada de dois terços.

5. REGRAS E PROCEDIMENTOS

A Assembleia Parlamentar para a União do Mediterrâneo é guiada por um conjunto de regras e procedimentos. Estes foram atualizados pela última vez na Sessão Plenária de fevereiro de 2019.

Mandato do Secretariado

Na reunião de julho de 2018, o Bureau decidiu atribuir a sede do secretariado permanente à cidade de Roma, por ter apresentado a melhor candidatura e disponibilizado, a título gratuito, gabinetes no centro da cidade, um contabilista e fornecimento de alguns serviços informáticos. No seguimento desta decisão, na 15.ª Sessão Plenária, em Estrasburgo, em 2019, procedeu-se à constituição efetiva deste secretariado permanente e, em cooperação com o Grupo de Trabalho para as Regras e Procedimentos, foi revisto o artigo 15.º do Regulamento de forma a se poder nomear um ou mais secretários-gerais ad interim e foi apresentado um projeto de mandato para o secretariado. Neste sentido, o Parlamento Europeu em cooperação com o Governo italiano nomeou dois secretários-gerais ad interim: Fabrizia Bientinesi, da Câmara dos Deputados Italiana, e Luigi Gianniti, do Senado italiano. Esta nomeação pretende garantir o início dos trabalhos do secretariado no mais curto espaço de tempo e dar um novo impulso à AP-UpM. No futuro, o secretário-geral será nomeado por períodos plurianuais com base em critérios de competência e profissionalismos no quadro de um novo estatuto, sendo as candidaturas apresentadas ao Bureau. Está previsto a preparação de um projeto de orçamento de execução e provisional, a redação do estatuto do secretariado e de um novo regulamento financeiro.

Regulação financeira

Na reunião do Bureau realizada em Estrasburgo em 2019 foi aprovada uma proposta italiana destinada a modificar o atual regulamento financeiro de modo a torná-lo conforme a legislação italiana. A proposta prevê a apresentação de um regulamento financeiro provisório que permita lançar um novo pedido de contributos que é necessário para o funcionamento da AP-UpM e do secretariado. O contabilista será nomeado com base nos requisitos previstos no novo regulamento financeiro que vai ser aprovado pelo Bureau durante a Sessão Plenária de 2020, sob a presidência turca.

Línguas de trabalho

As línguas de trabalho na AP-UpM são o francês, o inglês e o árabe, sendo os documentos de trabalho disponibilizados nestas línguas.



**Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação**

A Assembleia da República

A Assembleia da República deteve a Presidência da AP-UpM, de fevereiro de 2014 a maio de 2015, no mandato 2012-2016, em que o Bureau era ainda constituído pelo Parlamento Europeu, pela Jordânia e por Marrocos.

A Presidente Assunção Esteves (PSD) escolheu como tema para o seu mandato a questão das «Migrações». Neste âmbito, no dia 11 de maio de 2015, organizou-se a 2.ª Cimeira de Presidentes dos Parlamentos da UpM, no Salão Nobre do Palácio de S. Bento, na qual foi aprovado por todos os Presidentes presentes na Cimeira um decálogo sobre a questão das «Migrações».

No mesmo dia a Presidente da Assembleia da República presidiu à reunião do Bureau e do Bureau Alargado e reuniram as cinco comissões permanentes para discussão das recomendações que foram depois aprovadas na 11.ª Sessão Plenária que teve lugar no dia 12 de maio também na Assembleia da República.

A Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, dos Intercâmbios entre as Sociedades Civas e da Cultura esteve sob presidência portuguesa, em 2008-2012, através do Deputado Eduardo Cabrita (PS).

No mandato que agora termina, 2016-2020, Portugal exerceu a presidência da Comissão Económica, dos Assuntos Sociais e da Educação, através da Deputada Margarida Mano (PSD), e a Vice-Presidência da Comissão da Energia, do Ambiente e da Água, através do Deputado Ascenso Simões (PS).

AP-UpM – Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo

PA-UfM – Parliamentary Assembly - Union for the Mediterranean

AP-UpM – Assemblée Parlementaire de l'Union pour la Méditerranée

APEM – Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica

EMPA – Euro-Mediterranean Parliamentary Assembly

APEM – Assemblée Parlementaire Euro-Méditerranéenne